

BC regulamenta bônus para os leilões de privatização

CARLOS FRANCO

BRASÍLIA — O Banco Central (BC) regulamentou ontem a participação dos bônus da dívida externa resultantes do acordo fechado com os credores privados em abril para uso no Programa Nacional de Desestatização (PND). Esses bônus, estimados em cerca de US\$ 49 bilhões, serão convertidos em moedas com deságio de 25% sobre o valor de face, quando se trata de flirbs (de redução temporária de juros) e bônus de capitalização. Os bônus ao par, no total de US\$ 8,4 bilhões, terão deságio de 35%, com decréscimos semestrais até chegar a zero — quando o País acabar de pagar a sua dívida. Já os bônus de desconto (estes já abatem o débito) e os de dinheiro novo não terão deságio.

Essas são-as principais novidades

da circular 2.459 do BC, assinada pelo diretor da Área Externa da instituição, Gustavo Franco, pois antes os títulos tinham deságio linear de 25%. O chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros do BC, Márcio Cartier, acredita que a medida estimulará a participação do capital estrangeiro nos leilões. Até abril, a participação dos títulos da dívida externa foi de cerca de US\$ 90 milhões de um total arrecadado em outras moedas de mais de US\$ 6 bilhões. Cartier disse ainda que a circular é o procedimento técnico que faltava para normatizar os bônus resultantes do acordo da dívida. A área externa do BC se prepara para apresentar até o dia 29 sua defesa na Corte dos Estados Unidos em processo movido pela família Dart, que não assinou com o País o acordo da dívida externa, e detém em seu poder US\$ 1,4 bilhão da dívida externa do País.